



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA OPERACIONAL

PROJETO BÁSICO Nº 4/ 2023 - CGEO

1. DO OBJETO

1.1. Prestação de serviço de análise diagnóstica nas três estações terrenas de recepção satélite do Sistema TeraScan do CENSIPAM pela empresa fornecedora da solução, ou seja, *SeaSpace Corporation* (no caso sua representante brasileira), com resultados consolidados em relatório final, contendo estimativa de custos para restabelecimento e manutenção do sistema.

Item	Descrição	CATSER	Qtde.	Unidade
1	Visita técnica para análise das condições operacionais da estação de recepção satélite do Sistema TeraScan do Centro Regional de Manaus (CR-MN), com resultado consolidado em relatório final, contendo recomendações de manutenção e estimativa de custos.	16977	1	UN
2	Visita técnica para análise das condições operacionais da estação de recepção satélite do Sistema TeraScan do Centro Regional de Porto Velho (CR-PV), com resultado consolidado em relatório final, contendo recomendações de manutenção e estimativa de custos.	16977	1	UN
3	Visita técnica para análise das condições operacionais da estação de recepção satélite do Sistema TeraScan do Centro Regional de Belém (CR-BE), com resultado consolidado em relatório final, contendo recomendações de manutenção e estimativa de custos.	16977	1	UN

1.2. O código CATSER relacionado acima encontra-se cadastrado e ativo no portal de compras do Governo Federal no seguinte endereço eletrônico: "<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>".

1.3. O objeto da licitação tem natureza de serviço, pois mantém as características originais dos bens não acrescentando nenhum item material novo.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima, e foram dimensionados a partir dos cenários descritos no documento "Relatório de Análise dos Cenários para Nova Contratação do Sist. TeraScan" de 22/06/2020 (2365150), resultado das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho (GT) do TeraScan que se reuniu em Belém-PA no período de 09 a 13/03/2020 para discutir sobre renovação do serviço técnico de suporte e manutenção deste sistema.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global por se tratar de fornecedor exclusivo, com previsão de execução de todos os serviços solicitados em cada regional do CENSIPAM por preço certo e total.

1.6. A vigência do contrato será de 6 (seis) meses e inicia-se a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado com base no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93.

1.7. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) complementa os itens deste Projeto Básico, sendo um anexo a este documento (6117589).

2. JUSTIFICATIVA E O OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo ao Processo, no seguinte documento: Estudo Técnico Preliminar nº89/2022 (6117589).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo ao Processo, no seguinte documento: Estudo Técnico Preliminar nº89/2022 (6117589).

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço de análise funcional em sistema de telecomunicações, tanto em hardware como software. A empresa proprietária da solução irá preencher um checklist quanto a situação operacional dos itens de hardware que compõem o sistema TeraScan, sinalizando quais estão em funcionamento, em que estado de funcionamento e quais estão inoperantes. No último caso, relatando origem da falha e qual recomendação de manutenção para restabelecimento. No caso dos itens de software, verificação da necessidade de atualização e situação das licenças em uso.

4.2. Pelo exposto, classifica-se o serviço como serviço comum de engenharia, pois o mesmo será executado e acompanhado por profissional de engenharia com padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste documento e anexos, com base em especificações comuns de mercado.

4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.5. O serviço não possui natureza continuada, pois impõem a Contratada o dever de realizar a prestação de serviços específicos em um período determinado.

4.6. A contratação se dará pela modalidade inexigibilidade de licitação com base no inciso II e o § 1º do art. 25, combinado com o inciso I do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do ETP (item 4), anexo a este documento, além de:

5.1.1. Todos os serviços deverão ser realizados por profissionais que tenham conhecimento da solução proprietária da Contratada, assim como, possuir como membro na equipe Engenheiro Sênior com experiência mínima de 2 (dois) anos na manutenção do hardware da estação de recepção terrena de sinais satélites de órbita polar do Sistema TeraScan, comprovada por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

5.1.2. Por tratar-se de serviço que não vai gerar novos atributos ao sistema (mantendo-o na forma que foi adquirido e no estado atual em que se encontra), não será cobrado Projeto Executivo nem Cronograma Físico Financeiro.

5.1.3. A comprovação de experiência acima descrita deverá ser apresentada em reunião inicial a ser realizada entre a Contratada e a Contratante.

5.1.4. Além dos pontos acima, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a proposta, declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A Contratada deverá aplicar como critério de sustentabilidade ambiental a disponibilização dos relatórios preferencialmente (ao menos uma versão) em padrão digital, formato PDF (Formato Portátil de Documento). E caso seja fornecido também em padrão impresso, deverá ser em papel reciclado.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Não se aplica.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Da Reunião Inicial

8.1.1. Em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato deverá se dar a realização de reunião inicial, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico e Administrativo do Contrato, da Contratada e dos demais interessados, cuja pauta observará, pelo menos:

8.1.1.1. Da parte da Contratada à Contratante

- presença do representante legal da Contratada, que apresentará o preposto da mesma;
- apresentação do contrato assinado eletronicamente pelas partes no Sistema de Gestão Eletrônico de Documentos do Contratante;
- entrega, em duas vias, do documento de apresentação do preposto da mesma;
- entrega, em duas vias, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- entrega de toda documentação afeta aos colaboradores vinculados ao contrato;
- esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato; e
- os demais necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens.

8.1.1.2. Da parte da Contratante à Contratada

- a disponibilização de infraestrutura e seu acesso à Contratada, no que couber.

8.1.2. **No caso em que a reunião inicial ocorra por meio de videoconferência, as seguintes regras deverão ser observadas:**

8.1.2.1. Da parte da Contratada à Contratante

- presença do representante legal da Contratada, que apresentará o preposto da mesma;
- apresentação do contrato assinado eletronicamente pelas partes no Sistema de Gestão Eletrônico de Documentos do Contratante;
- entrega do documento de apresentação do preposto da Contratada no Sistema de Gestão Eletrônico de Documentos do Contratante;
- esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato; e
- os demais documentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens deverão ser enviados antecipadamente para posterior apensamento ao processo.

8.1.2.2. Da parte da Contratante à Contratada

- a disponibilização de infraestrutura necessária em meio digital à Contratada, no que couber.

8.2. Da Execução dos Serviços

8.2.1. A prestação dos serviços se inicia a partir da assinatura do contrato, com prazo de execução em até 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias a partir da solicitação da empresa e autorização do Gestor do contrato.

8.2.2. A execução das atividades, de forma presencial, será realizada nas sedes das regionais do CENSIPAM nos seguintes endereços:

- Centro Regional de Belém (CR-BE), na Avenida Júlio César nº 7060, bairro Val-de-Cans, CEP 66617-420, Belém/PA;
- Centro Regional de Porto Velho (CR-PV), na Avenida Lauro Sodré nº 6500, bairro Aeroporto, CEP 76803-260, Porto Velho/RO; e
- Centro Regional de Manaus (CR-MN), na Avenida do Turismo nº 1350, bairro Tarumã, CEP 69049-630, Manaus/AM.

8.2.3. A análise diagnóstica deverá ser realizada no estágio de captação: antena parabólica, engrenagem de rastreamento, antena GPS, desumidificador, cabos coaxiais, guias de onda, radome, sistema de proteções contra descargas atmosféricas, base em concreto de acesso e sustentação, pressurizador e demais acessórios; estágio de aquisição: conjunto rack 36U (suporte, ventilação, alimentação elétrica, tampas, bandejas e guias), receptor banda L, receptor banda X, comutador 16 portas, cabos seriais, estação computacional de aquisição e itens acessórios; e estágio de processamento: estação computacional de processamento, estação computacional de visualização, monitor e comutador KVM e itens acessórios.

8.2.4. Na análise, além do parecer técnico a fim de manutenção, deve conter também considerações a fim de revitalização como: limpeza, pintura, tratamento anticorrosivo, restauração, etc., que devem ser incluídos nas recomendações.

8.2.5. No estágio de captação, a análise dos itens deve conter ao menos: inspeção visual, teste operacional individual e sistêmico, teste de rastreamento da antena, teste de comunicação entre antena e estação de aquisição (programa da antena).

8.2.6. No estágio de aquisição, a análise dos itens deve conter ao menos: inspeção visual, teste operacional individual e sistêmico, teste de comunicação entre estação de aquisição e receptores, assim como teste de aquisição de passagens satélites pré-programadas atualmente licenciadas para este estágio (módulo do programa TeraScan para estação de aquisição com licenças de uso).

8.2.7. No estágio de processamento, a análise dos itens deve conter ao menos: inspeção visual, teste operacional individual e sistêmico, teste de comunicação entre estação de processamento e estações de aquisição e de visualização, assim como teste de geração de produtos das passagens satélites atualmente licenciadas para este estágio e disponibilizadas para visualização (módulo do programa TeraScan para estação de processamento com licenças de uso e módulo do programa TeraScan para estação de visualização).

8.2.8. O relatório deverá ser organizado contendo: capa, índice, apresentação, análise diagnóstica, conclusão, recomendações e anexo.

8.2.9. A capa, deverá conter: logo e nome da empresa, endereço da sede, sítio eletrônico (*site*), título, datas e endereço do local da realização do serviço (centro regional e cidade) e nome com telefone e e-mail do(s) elaborador(es) do relatório.

8.2.10. O índice deverá ter a enumeração das partes indicadas em 8.2.8 (exceto capa e índice), bem como dos subtítulos, apresentados em ordem em que aparecem no relatório com a indicação do número da página em que começam.

8.2.11. A apresentação, além de resumo descritivo do sistema original, deverá conter tabela com nome, descrição e quantidade, de todos os itens e subitens do sistema original adquirido pelo CENSIPAM, nas duas contratações anteriores junto à *SeaSpace Corporation*. Tecendo comentários sobre versões, marcas e modelos, quando necessário.

8.2.12. A análise diagnóstica deverá ser realizada item por item da tabela descrita em 8.2.11, conforme procedimentos em 8.2.5 a 8.2.7, indicando ao final situação funcional (status).

8.2.13. A conclusão deve complementar a análise diagnóstica, a partir do status de cada item que compõe o sistema descrevendo situação funcional completa do mesmo. Salientando quais itens estão em condições mais precárias ou inoperantes, e impacto da sua paralisação/quebra, para operação plena do sistema.

8.2.14. As recomendações devem finalizar o relatório, contendo relação das peças/equipamentos que devem ser substituídos, dos softwares/sistemas operacionais que devem ser atualizados, acompanhado do descritivo dos serviços de recuperação que serão necessários para efetivo restabelecimento e manutenção operacional do sistema. Sugerir upgrades em subsistemas de hardware que estejam notoriamente defasados,

assim como nas licenças de uso dos satélites atualmente licenciados para o sistema, com base na informação da operação comercial dos mesmos;

8.2.15. O anexo, deverá conter planilha com estimativa de custos para substituição, atualização e contratação indicados no item 8.2.14, discriminados em itens de hardware, software e serviço de manutenção continuada (1 ano) separadamente, com valores em reais.

8.2.16. A empresa contratada deverá garantir o sigilo e a segurança das informações no âmbito de sua operação dentro dos limites ao quais se restringem os serviços que compõem o objeto desta contratação.

8.2.17. A empresa contratada somente fará uso de informações obtidas, durante execução contratual, para finalidades não previstas no contrato se previamente autorizada de forma expressa.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Não se aplica pois os serviços não englobam a disponibilização de material de consumo e de uso duradouro em favor da Administração.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Não se aplica por se tratar de contratação por inexigibilidade.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos.

11.2. Permitir o acesso dos colaboradores da Contratada às suas dependências para realização dos serviços, proporcionando todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas.

11.3. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao fiel cumprimento, pela Contratada, das atividades exigidas para execução do objeto deste Projeto Básico.

11.4. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor designado legalmente, que atestará a Nota Fiscal para fins de pagamento e/ou anotar em registro próprio as falhas detectadas, encaminhando-as a autoridade competente para as providências cabíveis.

11.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto deste Projeto Básico, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por elas propostas sejam as mais adequadas.

11.7. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

11.8. Verificar, antes do pagamento, a manutenção das condições de habilitação da Contratada, mediante consulta *on-line* ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF).

11.9. Pagar a Contratada o valor resultante da prestação do serviço no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico, seus anexos e de sua proposta, para o perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 20 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante

autorizada a descontar da garantia, caso exigida neste Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos nos serviços a serem executados, em conformidade com os requisitos predefinidos neste Projeto Básico.

12.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

12.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

12.7. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

12.8. Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que afete a prestação dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

12.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, durante todo o período de vigência do contrato.

12.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações contratadas.

12.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto contratado.

12.13. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da Contratante.

12.14. Não fazer uso das informações prestadas pela Contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento da execução do objeto contratual.

12.15. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a Contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do projeto básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A verificação da adequação da execução do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico e na proposta.

15.3. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, a contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Contratante e seu substituto, que anotará em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Projeto Básico, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

15.4. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. O fiscal responsável pelo acompanhamento da contratação, após verificação da sua conformidade com o que foi pactuado neste Projeto Básico, efetuará o ateste da Nota Fiscal, instruirá o processo para pagamento e o encaminhará à área responsável.

15.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Projeto Básico.

15.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.15. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

- b. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.2. A aferição da execução contratual (checklist) para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1. ter sido constatado pela fiscalização técnica, no estágio de captação: (a) realização de inspeção visual, (b) teste operacional individual e sistêmico, (c) teste de rastreio da antena e (d) teste de comunicação entre a antena e estação de aquisição (programa da antena);

16.2.2. ter sido constatado pela fiscalização técnica, no estágio de aquisição: (a) realização de inspeção visual, (b) teste operacional individual e sistêmico, (c) teste de comunicação entre estação de aquisição e receptores e (d) teste de aquisição de passagens satélites pré-programadas atualmente licenciadas para este estágio (módulo do programa TeraScan para estação de aquisição com licenças de uso); e

16.2.3. ter sido constatado pela fiscalização técnica, no estágio de processamento: (a) realização de inspeção visual, (b) teste operacional individual e sistêmico, (c) teste de comunicação entre estação de processamento e estações de aquisição e de visualização e (d) teste de geração de produtos das passagens satélites atualmente licenciadas para este estágio e disponibilizadas para visualização (módulo do programa TeraScan para estação de processamento com licenças de uso e módulo do programa TeraScan para estação de visualização).

16.3. Caso algum dos critérios citados não possa ser executado pelas condições e recursos que não seja da responsabilidade da Contratada, observações devem ser anotadas no campo correspondente ao critério no checklist a fim de consideração quando nas ocorrências que levem às aplicações de sanções pela Contratante.

16.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.4.1. não produziu os resultados acordados;

16.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.5. Para mensuração dos valores a serem descontados no redimensionamento do pagamento, será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo V-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, conforme descrito abaixo:

16.5.1. o IMR será estabelecido e utilizado para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada, com base nos indicadores e metas definidos neste documento;

16.5.2. a análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores;

16.5.3. o IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida;

16.5.4. para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho;

16.5.5. o IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar a execução dos serviços prestados.

16.6. Para consecução destes objetivos deverão ser adotadas as regras e metodologias de medição de resultado descritas no modelo do Apêndice A.

16.7. Esse modelo deve ser usado para checklist da aferição da execução contratual, bem como estar anexo ao relatório emitido para aceitação provisória.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos da execução dos serviços, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. a Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar as revisões finais que se fizerem necessárias;

17.3.2. a Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório;

17.3.3. no prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar relatório circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

17.3.4. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

17.3.5. será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último; e

17.3.6. na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- EM = Encargos moratórios;

- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

I = (TX)	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	---------------------------	---

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, haja visto que a Contratada receberá em uma única parcela o pagamento pelos serviços prestados, após o recebimento definitivo do objeto.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 21.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

i. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii. **Multa de:**

- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato.

OBS - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- iii. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), pelo prazo de até dois anos;
- iv. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; e
- v. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

21.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Projeto Básico.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o

princípio da proporcionalidade.

21.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. Não se aplica por se tratar de serviço comum de engenharia, não continuado, a ser contratado pela modalidade inexigibilidade de licitação.

23. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

23.1. Apesar do artigo 37, inciso XXI da Constituição de 1988 fixar o princípio do dever geral de licitar como condição de contratação de obras, serviços, compras e alienações a todos os órgãos e entidades da Administração Pública, podem ocorrer casos em que o superior atendimento ao interesse público não será atingido pela realização do torneio licitatório. Momento que a licitação se afigura inviável, configurando o clássico quadro de inexigibilidade de licitação.

23.2. No caso da contratação do serviço em tela, incorre-se na inexigibilidade pela inviabilidade de licitação por ausência de competidores, conforme previsto no artigo 25 da Lei 8.666/93, transcrito abaixo:

"Art.25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

..."

23.3. Importante salientar que a hipótese do inciso acima transcrito é destinada às compras em que o fornecedor, distribuidor ou produtor for único ou exclusivo. O que não significa dizer que em caso de haver necessidade de contratar um determinado serviço e este somente puder ser executado por um único prestador, a licitação seria obrigatória por falta de amparo legal. No sentido de que o inciso não submete a cabeça do artigo, mas sim, o contrário. Importando que o objeto a ser contratado seja fornecido ou prestado por quem é único, independente da exclusividade recair numa hipótese de compra ou de serviço. Ou seja, se o objeto for um serviço, o enquadramento se dará na cabeça do artigo, e não no seu inciso I. Sendo, inclusive, orientação do TCU (Tribunal de Contas da União) no seu acórdão 1096/2007 (plenário):

"Abstenha-se de realizar a contratação de serviços com fundamento no inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, já que este dispositivo é específico para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo. Contrate serviços diretamente, por inexigibilidade de licitação, somente quando restar comprovada a inviabilidade de competição, em consonância com o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei nº 8.666/1993."

23.4. Assim, a fim de comprovar exclusividade, segue anexo o documento Declaração Exclusividade-AIAB (5754358), contendo declaração fornecida pela Associação das Indústrias Aeroespaciais

do Brasil (AIAB), que a empresa LUNUS Comércio e Representação Eireli é a única e exclusiva empresa brasileira certificada pela empresa *SeaSpace Corporation* a fornecer hardware, software, peças sobressalentes e suporte técnico no Brasil, para os sistemas de estações de processamento e recepção de satélite oceanográfico e meteorológico de seu projeto e fabricação, compostos pela família TeraScan.

23.5. Além disso, devido natureza enunciativa ou apenas declaratória de um atestado, o TCU em sua súmula 255 orientou:

"Nas contratações em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, é dever do agente público responsável pela contratação a adoção das providências necessárias para confirmar a veracidade da documentação comprobatória da condição de exclusividade."

23.6. Portanto, visando atender esta orientação, a equipe do planejamento da contratação solicitou confirmação da veracidade documental do atestado junto à AIAB apensa ao processo no documento "Carta de verificação documental-AIAB" (5754400), bem como confirmação junto à *SeaSpace Corporation* da exclusividade da representação no Brasil pela empresa LUNUS conforme e-mail "Re: Exclusivity Confirmation" anexo (5754424).

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS PREFERENCIAIS

Proposta orçamentária

24.1. O custo estimado para esta contratação é de R\$ 143.542,86 (cento e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos), conforme proposta orçamentária da empresa LUNUS Comércio e Representação, representante da *SeaSpace Corporation* no Brasil apensa ao processo no documento "Propostas de Preços da empresa LUNUS" (5754466), e contendo os valores reproduzidos na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
1	Visita técnica para análise das condições operacionais da estação de recepção satélite do Sistema TeraScan do Centro Regional de Manaus (CR-MN), com resultado consolidado em relatório final, contendo recomendações de manutenção e estimativa de custos.	UN	1	45.085,71	45.085,71
2	Visita técnica para análise das condições operacionais da estação de recepção satélite do Sistema TeraScan do Centro Regional de Porto Velho (CR-PV), com resultado consolidado em relatório final, contendo recomendações de manutenção e estimativa de custos.	UN	1	46.442,86	46.442,86
3	Visita técnica para análise das condições operacionais da estação de recepção satélite do Sistema TeraScan do Centro Regional de Belém (CR-BE), com resultado consolidado em relatório final, contendo recomendações de manutenção e estimativa de custos.	UN	1	52.014,29	52.014,29
Total em reais (R\$)					143.542,86

Regra específica

24.2. De acordo com o artigo 7º da IN nº 73 de 05/08/2020, existem regras específicas quando se trata da modalidade inexigibilidade da licitação para a estimativa de preços:

"Art. 7º Os processos de inexigibilidade de licitação deverão ser instruídos com a devida justificativa de que o preço ofertado à administração é condizente com o praticado no mercado, em especial por meio de:

I - documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da autorização da inexigibilidade pela autoridade competente;

II - tabelas de preços vigentes divulgadas pela futura contratada em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo data e hora de acesso.

§1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§2º Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o caput pode ser realizada com objetos de mesma natureza.

...";

24.3. Levando em consideração que o Sistema TeraScan do CENSIPAM é uma solução única no mercado, ou seja, na sua concepção foram listados requisitos que só atendem às necessidades do órgão (cobertura geográfica, quantidades de estações terrenas, especificações da antena parabólica, etc.) tornando-o singular, não há como aplicar os incisos I e II.

24.4. Assim, a justificativa que o preço cobrado pela contratada está condizente com o praticado no mercado considerou os parágrafos 1º e 2º desta normativa. Ou seja, como a contratada comercializará pela primeira vez este tipo de serviço (análise diagnóstica em sistema com topologia/configuração otimizada para o CENSIPAM), adotou-se outro método a seguir justificado tomando como referência valores de contratação realizada com objeto de mesma natureza.

Metodologia

24.5. Adotou-se o método de obter referência de valor de mercado, para comparativo à proposta orçamentária, em contratos já executados com objetos semelhantes (de mesma natureza) da própria empresa LUNUS, devido exclusividade de representação no Brasil. Assim, a mesma celebrou dois contratos com o CENSIPAM, o primeiro foi na compra inicial do sistema, com instalação de todos os ativos e suporte técnico em *hardware* e *software* por três anos (2011 a 2014). E um segundo para atualização e suporte técnico do *software*, sem modernização do *hardware*, que durou apenas um ano (2019).

24.6. Para o segundo, há itens que compõem o objeto da contratação com mesma natureza do objeto da contratação em tela, ou seja, visita presencial por equipe da empresa LUNUS em cada Centro Regional para inspeção da situação operacional do Sistema TeraScan. Itens 02, 04 e 06 da tabela descritiva da Cláusula Primeira (Do Objeto) do Contrato nº 32/2018 (5791402), que vão um pouco mais além (da necessidade do serviço atual) devido possibilidade do início da manutenção durante a visita, conforme disponibilidade de recursos (peças de reposição) no almoxarifado dos Centros Regionais (adquiridos no primeiro contrato).

24.7. Entretanto, devido a defasagem no tempo ser superior a um ano em relação ao término deste contrato (final de 2019), superior a três anos na data atual, optou-se em escolher um índice de correção monetária aplicado aos valores contratados naquela ocasião a fim de correção na desvalorização do real neste período. Viabilizando assim a comparação nos preços.

24.8. Por ser uma contratação de representante nacional cuja proprietária da solução é uma empresa estrangeira, sendo assim com valores de serviços e suportes técnicos atrelados ao dólar americano, foi escolhido o índice IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) para a correção monetária devido o mesmo ser influenciado pela moeda americana.

24.9. Para cálculo da correção utilizou-se a "Calculadora do Cidadão do Banco Central" disponível no endereço eletrônico "<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>" do Banco Central do Brasil. Quando foi selecionado este índice e adotado como data inicial o mês da assinatura do contrato nº 32/2018, dezembro de 2018, e data final o mês de setembro do ano de 2022 (quando do recebimento da proposta orçamentária).

Justificativa de preço praticado pelo mercado

24.10. Os resultados da correção monetária, conforme metodologia descrita, aplicada aos itens citados em 24.6 estão listados (somatória) na tabela abaixo, assim como o valor correspondente (mesma natureza) da proposta orçamentária atual:

Item	Descrição	Valor contrato nº 32/2018	Correção Monetária (CM)	Valor Proposta Atual (VA)	Diferença (VA-CM)	Diferença (%)
1	Visita técnica aos Centros Regionais de Manaus, Porto Velho e Belém do CENSIPAM para avaliação do Sist. TeraScan.	88.501,02	145.255,62	143.542,86	-1.712,76	-1,19

24.11. Verifica-se que o valor da proposta orçamentária atual está, aproximadamente, um por cento (-1,19%) menor que o valor corrigido para aquele pago no contrato nº 32/2018.

24.12. Assim, considerando que o valor na atual proposta orçamentária em relação ao valor monetário corrigido para item do Contrato nº 32/2018 ficou menor, mostrando vantajosidade para Administração Pública, considera-se estar o valor atualmente cobrado condizente com o mercado para este tipo de prestação de serviço.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2023, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- a) Órgão/Gestão: 110511/0001
- b) Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- c) Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM
- d) Fonte: 100 - Recursos Livres da União
- e) Plano Orçamentário (PO): 0003 – Monitoramento Ambiental e de Ilícitos e Desenvolvimento Sustentável
- f) Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168624
- g) Natureza da Despesa:

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Visita técnica para análise das condições operacionais da estação de recepção satélite do Sistema TeraScan do Centro Regional de Manaus (CR-MN), com resultado consolidado em relatório final, contendo recomendações de manutenção e estimativa de custos.	33.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais
2	Visita técnica para análise das condições operacionais da estação de recepção satélite do Sistema TeraScan do Centro Regional de Porto Velho (CR-PV), com resultado consolidado em relatório final, contendo recomendações de manutenção e estimativa de custos.	33.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais
3	Visita técnica para análise das condições operacionais da estação de recepção satélite do Sistema TeraScan do Centro Regional de Belém (CR-BE), com resultado consolidado em relatório final, contendo recomendações de manutenção e estimativa de custos.	33.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais

h) Código do Sistema PTA/2023: 317/23 – Diagnóstico, Suporte e Manutenção do SISTEMA TERASCAN: CGMAB/COMET

26. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

- 26.1. Apêndice A - Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- 26.2. Estudo Técnico Preliminar nº89/2022 (6117589);
- 26.3. Declaração de Exclusividade emitida pela Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB) (5754358);
- 26.4. E-mail "Re:Confirmação de autenticidade documental" da AIAB (5754374);
- 26.5. Carta AIAB 029-2022 - Atestado de Veracidade de Declaração LUNUS (5754400);
- 26.6. E-mail "Exclusivity Confirmation" da empresa *SeaSpace Corporation* (5754424);
- 26.7. Proposta LUNUS_CENSIPAM-27Set22-LUN-CT-2709CEN-2022-Rev1 (5754466); e
- 26.8. CENSIPAM - Contrato nº032/2018 assinado pela LUNUS e CENSIPAM - 07DEZ18 (5791402).

Belém - PA, 15 de setembro de 2023.

ELABORAÇÃO:

RICARDO DE ANDRADE SHINKAI
Integrante Técnico

CARLOS AUGUSTO REIS RODRIGUES
Integrante Administrativo

AUTORIZAÇÃO:

GUSTAVO GUTERRES RIBEIRO
Responsável pela Demanda

APROVAÇÃO :

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, de acordo com o artigo 7º, § 2º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Ordenador de Despesas - substituto

Aprovo este Projeto Básico, de acordo com o artigo 7º, §2º e §9º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

HARLEY AGNELO DE MORAES

Diretor Operacional - substituto

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Não Continuados
Atualização: Julho/2021

APÊNDICE A

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Item	Descrição
Finalidade	- Garantir a execução da análise diagnóstica, com emissão de relatórios para cada uma das três estações do Sist. TeraScan.
Meta a cumprir	- Estações das regionais de Manaus-AM, Porto Velho-RO e Belém-PA analisadas e com pareceres emitidos.
Instrumento de medição	- Atendimento aos critérios listados em 16.2.1 a 16.2.3 do Projeto Básico, para cada uma das três estações do Sist. TeraScan (36 critérios ao todo).
Forma de acompanhamento	- Inspeção 'in loco' e os documentos exigidos no contrato.
Periodicidade	- Diário (durante execução contratual).
Mecanismo de cálculo	- Nº de critérios atendidos.
Início de vigência	- Conforme vigência contratual.
Faixas de ajustes no pagamento	- 36 critérios atendidos: 100% do valor da fatura. - De 34 a 35 critérios atendidos: 90% do valor da fatura. - De 32 a 33 critérios atendidos: 80% do valor da fatura.
Sanções	- Conforme previsto em contrato.
Observações	- Abaixo de 32 critérios, além do desconto previsto na faixas de ajustes no pagamento, será aplicada multa prevista no item 21 do Projeto Básico.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Andrade Shinkai, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 18/09/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Reis Rodrigues, Assessor(a)**, em 18/09/2023, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Guterres Ribeiro, Coordenador(a)**, em 18/09/2023, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Ordenador(a) de Despesa, substituto(a)**, em 19/09/2023, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com

fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Harley Angelo de Moraes, Diretor(a) Substituto(a)**, em 19/09/2023, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **6528153** e o código CRC **BC676B0E**.